

## Anuários Estatísticos Regionais e Retrato Territorial de Portugal 2005

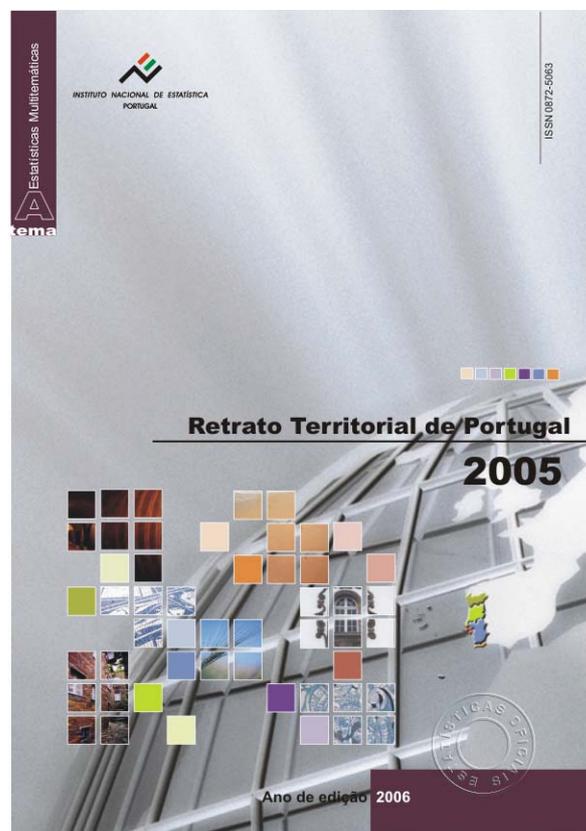
### ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS E RETRATO SÓCIO-ECONÓMICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS À ESCALA REGIONAL E LOCAL

O INE disponibiliza a informação de base, indicadores sintéticos e imagens gráficas e cartográficas para a caracterização das principais dinâmicas territoriais.

Os *Anuários Estatísticos Regionais* constituem a publicação de referência para a disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal. A edição deste ano segue a organização da estrutura temática adoptada na edição anterior, consistindo em 26 subcapítulos agrupados em quatro grandes domínios: *O Território*, *As Pessoas*, *A Actividade Económica* e *O Estado*. Face à edição de 2004, refira-se a inclusão de um novo subcapítulo: “Serviços prestados às Empresas”, no contexto da Actividade Económica. Nesta edição, manteve-se, no início de cada subcapítulo, um quadro com um conjunto de indicadores de síntese, visando uma percepção mais imediata dos principais padrões territoriais associados às diversas temáticas.

No *Retrato Territorial de Portugal*, cuja edição atinge o quarto ano consecutivo, é analisada a informação estatística de base divulgada nos *Anuários Estatísticos Regionais*. Esta análise consiste numa caracterização demográfica, social e económica do território português, à escala local e regional. A publicação é acompanhada por um CD-ROM com a informação estatística dos *Anuários Estatísticos Regionais* e com os textos de análise do *Retrato Territorial de Portugal*.

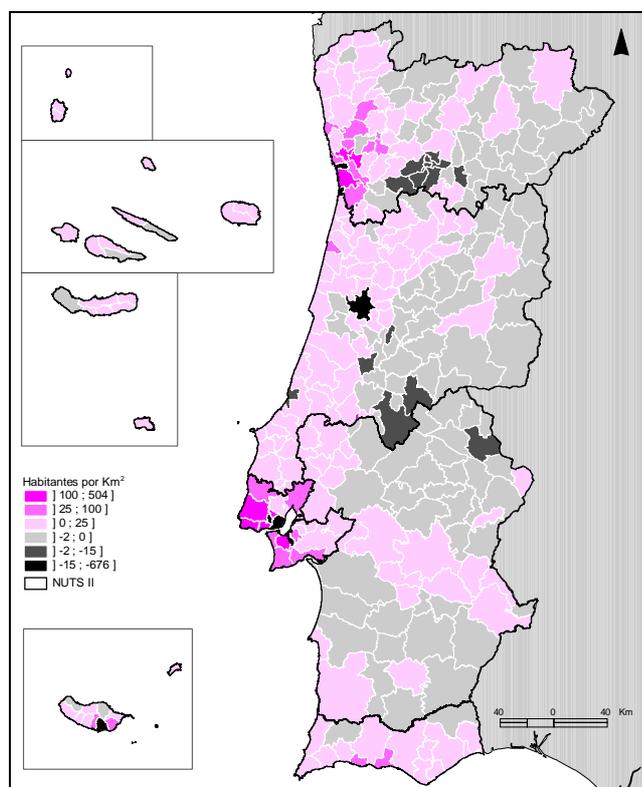
Em seguida, destacam-se algumas análises baseadas na informação dos *Anuários Estatísticos Regionais* e contidas no *Retrato Territorial de Portugal*, a disponibilizar brevemente.



## TERRITÓRIO - Reforço da litoralização da população residente

Entre 2000 e 2005, assistiu-se a um reforço da litoralização da população residente, em particular nos territórios metropolitanos. Com efeito, os municípios cuja densidade populacional mais se acentuou concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa (Odivelas, Seixal, Sintra, Oeiras, Cascais) e do Porto (Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia). Pelo contrário, os respectivos centros metropolitanos - Lisboa e Porto - foram os municípios cuja densidade populacional do território mais se atenuou, tendo este fenómeno ocorrido noutros municípios metropolitanos: em particular, Amadora, Espinho e Barreiro.

**Evolução da densidade populacional, por município, 2000-2005**



Constata-se, ainda, que um conjunto de municípios formado por Cinfães, Baião, Lamego, Resende, Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Tabuaço, na junção entre as sub-regiões do Tâmega e do Douro, se tornou menos densamente povoado face a 2000. Também no Funchal, em Coimbra, em Castanheira de Pêra e na Nazaré, a ocupação populacional do território diminuiu, nos últimos cinco anos, em mais de três habitantes por km<sup>2</sup>. Por último, sublinhe-se o acréscimo da densidade populacional observado na generalidade dos municípios do Algarve.

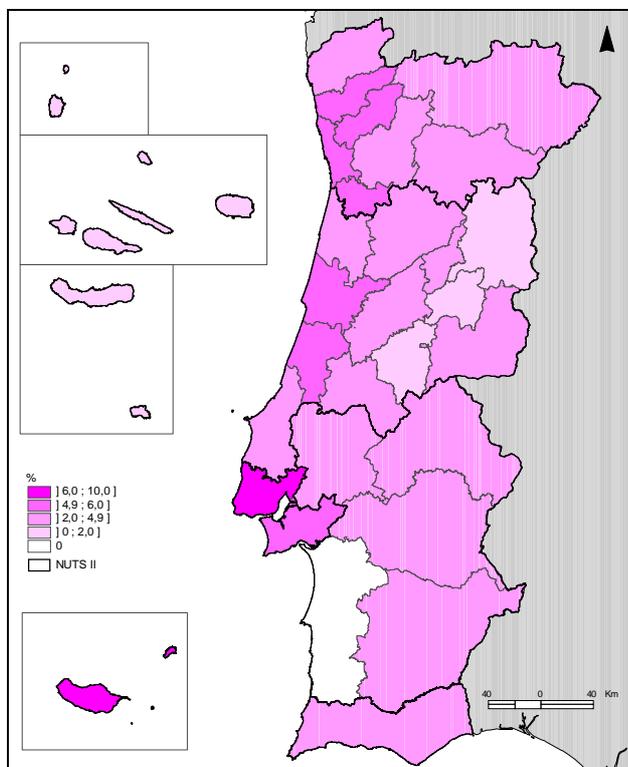
## AMBIENTE - Taxa de recolha selectiva de RSU mais elevada na R. A. Madeira e na Grande Lisboa

Em 2004, foram produzidos 4,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos em Portugal. Deste total, cerca de um terço foi proveniente da Região Norte e 28% da Região de Lisboa.

A recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos registou um crescimento nos últimos anos. Entre 2003 e 2004, este crescimento foi, ao nível nacional, de 22%.

No mesmo sentido, a taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos foi, em 2004, de 4,9%, quando em 2003 tinha sido de 3,9%. Regionalmente, evidenciaram-se algumas sub-regiões do Litoral continental e a R. A. Madeira, com uma taxa de recolha selectiva de quase 10%, muito acima da taxa nacional de 4,9%.

## Taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, por NUTS III, 2004



## POPULAÇÃO - Mais idosos e idosos mais velhos

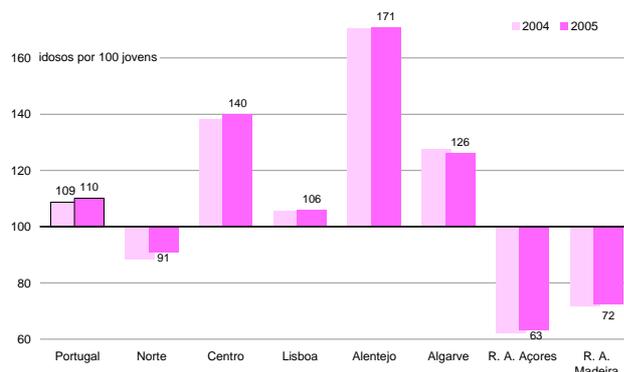
A população residente estimada para 31 de Dezembro de 2005 situava-se nos 10 569,6 mil indivíduos, o que representava um aumento de 0,4% face ao ano anterior. O ritmo de crescimento da população reduziu-se em 2005 em cerca de 0,14 pontos percentuais, depois de 2004 ter sido já um ano de desaceleração do crescimento populacional. Analisando as taxas de variação regionais, evidenciava-se o Algarve, com o crescimento mais significativo (1,3%), e o Alentejo, por ser a única região do país a apresentar um decréscimo populacional de 0,2%.

A evolução registada, entre 2004 e 2005, na estrutura etária da população residente revela o acentuar do envelhecimento da população, com a

relação entre a população idosa e a população jovem a atingir, em 2005, os 110, ou seja, mais um idoso por cada 100 jovens do que no ano anterior (109). Este processo de envelhecimento populacional tem vindo a crescer desde a década de 90, sendo que, desde 2000, a população residente se tem caracterizado por um acréscimo de indivíduos com 65 ou mais anos face aos de menos de 15 anos. Este comportamento do índice de envelhecimento advém do efeito combinado da diminuição do número de jovens e do aumento do número de idosos (-0,1% e +1,1%, respectivamente).

Ao nível regional, o índice de envelhecimento apenas diminuiu, entre 2004 e 2005, no Algarve, embora se tenha registado um acréscimo no número de idosos. Na R. A. Madeira, a população com 65 ou mais anos manteve-se sensivelmente idêntica, o que explica a pequena variação do valor deste indicador. O Algarve e Lisboa foram as únicas regiões do país a apresentar em 2005 um maior número de jovens face ao ano anterior.

## Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005



Por outro lado, o número de indivíduos dos grupos etários mais idosos aumentou, com especial relevo para o grupo etário dos 75 ou mais anos cujo total registou um crescimento de 2,8%. As evoluções

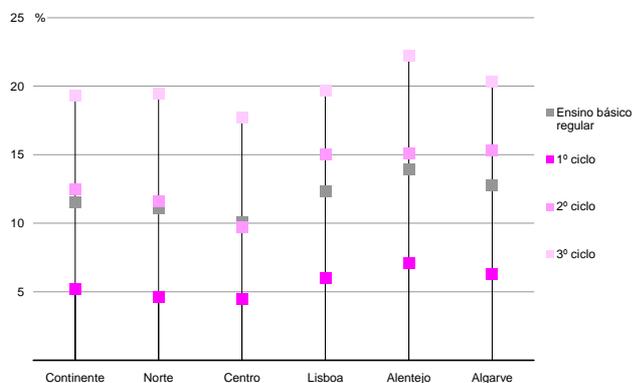
descritas situaram o índice de longevidade (relação entre a população com 75 ou mais anos e a população com 65 ou mais anos) em quase 44% ao nível nacional, variando entre 46,3%, no Alentejo, e 41,9%, na R. A. Madeira.

## EDUCAÇÃO - Taxa de retenção no ensino básico regular mais elevada no Alentejo

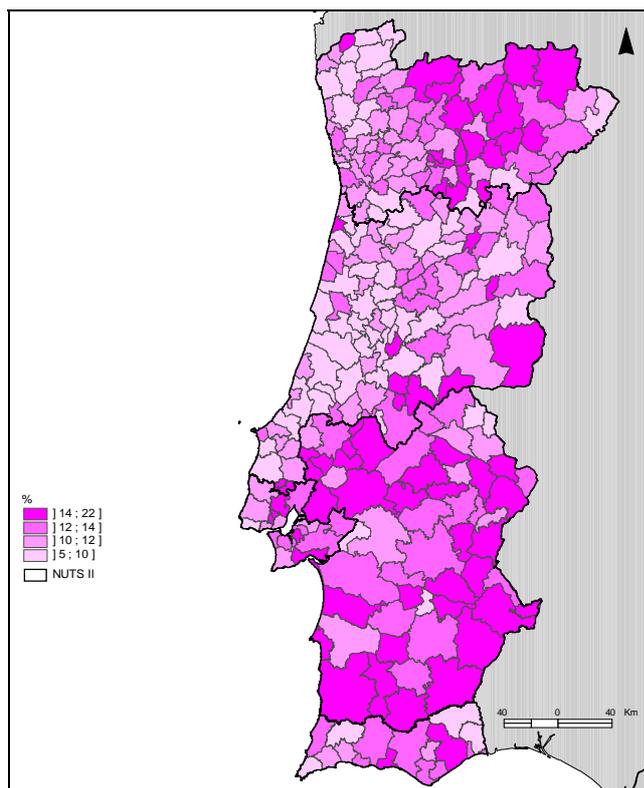
No ano lectivo de 2004/2005, matricularam-se em Portugal 1 153 mil alunos no ensino básico, o que significou, ao nível nacional, uma diminuição de 1,1% em relação ao ano lectivo anterior. Por regiões, verificou-se no Algarve um crescimento de 2% e nas restantes regiões ocorreram diminuições que variaram entre 0,2% em Lisboa e 4% na R. A. Açores.

A taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, medida através da percentagem de alunos matriculados que não transitaram de ano de escolaridade, atingiu em Portugal continental, no ano lectivo de 2004/2005, 11,5%. Regionalmente, este indicador variou entre 10,1%, no Centro, e 13,9%, no Alentejo. No entanto, analisando em separado os diferentes ciclos de ensino que compõem o ensino básico regular, verifica-se um crescimento gradual dos níveis de retenção à medida que o nível de ensino vai aumentando: 5,2% de taxa de retenção e desistência no 1º ciclo; 12,5% no 2º ciclo e 19,3% no 3º ciclo. Ao nível regional, evidenciava-se o Centro por apresentar sempre as mais baixas taxas de retenção nos respectivos níveis de ensino básico regular, por oposição ao verificado no Alentejo e Algarve, onde as taxas apresentadas foram as mais elevadas (1º e 3º ciclo, no caso do Alentejo, e 2º ciclo, no caso do Algarve).

Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular segundo os níveis de ensino ministrados, Continente e NUTS II, 2004/2005



Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por município, 2004/05



Os municípios com níveis de retenção e desistência inferiores a 10% dos alunos matriculados (65 municípios) situavam-se maioritariamente no Centro e ainda em municípios da sub-região Minho-Lima. As situações com taxas de retenção superiores a 14%

situavam-se predominantemente no Alentejo e em algumas sub-regiões do Norte (Douro e Alto Trás-os-Montes). Importa, ainda, destacar o aparecimento de municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa com valores elevados (Loures, Moita, Amadora, Setúbal e Odivelas com valores superiores a 14%).

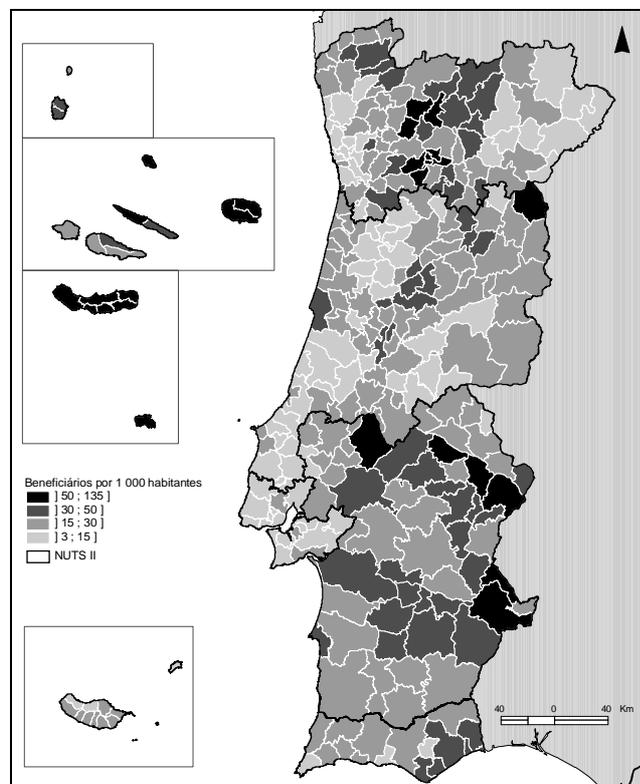
### **PROTECÇÃO SOCIAL - Proporção elevada de mulheres e jovens nos beneficiários do RSI**

O Rendimento Social de Inserção (RSI) foi introduzido no decurso de 2004, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido. Neste contexto, em 2005 - primeiro ano completo de implementação daquela prestação - cerca de 202 mil indivíduos beneficiaram do RSI, sendo 53% do sexo feminino. Este perfil era comum a todas as regiões do país, tendo sido, em 2005, mais pronunciado na R. A. Açores, onde atingiu 57%.

Cerca de metade dos beneficiários deste rendimento eram indivíduos com menos de 24 anos. Na R. A. Açores, este grupo etário atingia 56% do total de beneficiários, enquanto no Centro era de 46%.

No cômputo geral, 19 em cada mil habitantes beneficiavam do RSI. Por regiões, enquanto em Lisboa se registava o valor mais baixo (10‰), na R. A. Açores, o indicador alcançava os 77 beneficiários por cada mil habitantes. Corroborando estes valores, constata-se que, dos 10 municípios com maior incidência de beneficiários, sete situavam-se na R. A. Açores. Para além de Lisboa, apenas o Centro, com 18 beneficiários por mil habitantes, apresentava um valor abaixo da média nacional.

**Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mil habitantes, por município, 31.12.2005**



### **EMPRESAS - Taxa de constituição de sociedades mais elevada nas regiões autónomas e Algarve**

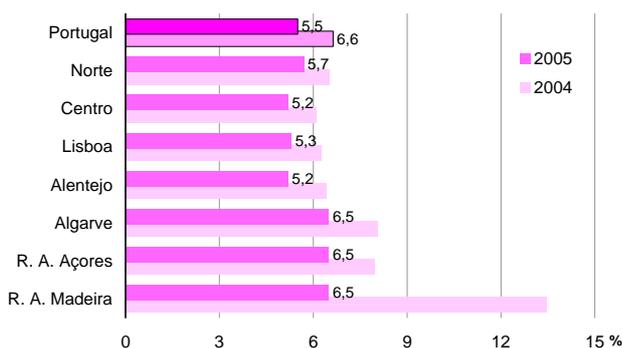
Durante o ano de 2005, foram registadas pelo Ministério da Justiça (Gabinete de Política Legislativa e Planeamento) cerca de 22 mil novas sociedades no país, número inferior em 7% às cerca de 24 mil registadas em 2004. Esta diminuição verificou-se em todas as regiões, com especial incidência na R.A. Madeira e Alentejo (-43% e -11%, respectivamente).

A desaceleração do empreendedorismo (medido pela criação de novas sociedades) foi mais relevante precisamente nas actividades económicas onde a proporção de novas sociedades é maior: Comércio e reparação (28% no total de sociedades) e Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (24%).



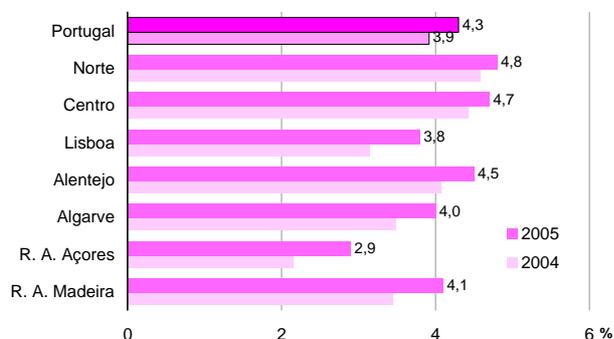
A taxa de constituição de sociedades – medida pelo rácio entre o número de sociedades constituídas e o número de sociedades existentes – foi de 6,6% em 2004 e 5,5% em 2005. A R.A. Madeira observou a maior redução face ao ano anterior tendo esta proporção passado de 13,5% em 2004 para 6,5% em 2005. Porém, a R.A. Madeira detinha uma das mais elevadas taxas regionais de constituição de sociedades (a par do Algarve e da R.A. Açores). A Região Centro apresentou o menor dinamismo de constituição de sociedades, com uma proporção de 5,2%, em 2005.

Taxa de constituição de sociedades, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005



Paralelamente, o número de sociedades dissolvidas (por falência, deliberação dos sócios ou outros motivos) registadas pelo Ministério da Justiça foi de cerca de 16 mil em 2005, tendo representado um aumento de 16% face a 2004. A taxa de dissolução de sociedades passou de 3,9% em 2004 para 4,3% em 2005. Em termos regionais destacam-se o Norte, o Centro e o Alentejo ao apresentarem valores acima da média nacional, tendo sido, contudo, nas Regiões Autónomas e em Lisboa que se registaram os maiores incrementos na taxa de dissolução de sociedades entre 2004 e 2005.

Taxa de dissolução de sociedades, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005



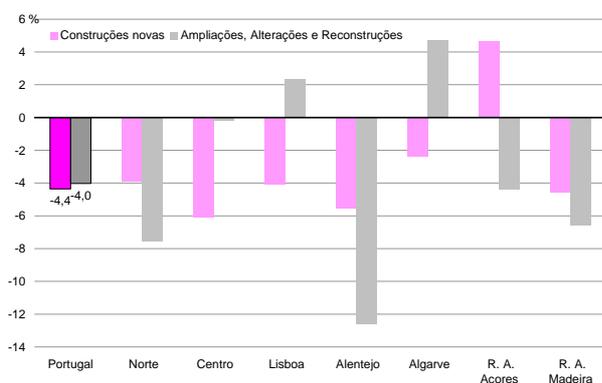
## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO - Apenas a R. A. Açores contraria a diminuição do licenciamento de obras

O número total de obras licenciadas pelas câmaras municipais voltou a diminuir no ano de 2005. O valor registado, de 49,5 mil licenças concedidas para obras, é o mais baixo desde 1993, e face a 2004 representa uma quebra de 4,6%. A diminuição mais acentuada verificou-se no Alentejo, com menos 8,1% de licenças concedidas, seguindo-se o Centro (-5,6%) e a R. A. Madeira (-5,1%). Apenas a R. A. Açores contrariou esta tendência, tendo registado um aumento de 1,7% no total de licenças concedidas. A diminuição na atribuição total de licenças ocorreu em todos os tipos de obra e praticamente em todas as regiões. Assim, a atribuição de licenças para construções novas diminuiu 4,4% face a 2004, e para ampliações, alterações e reconstruções a descida foi de 4%.

Esta tendência negativa apenas foi contrariada na R. A. Açores para o primeiro tipo de licenças (crescimento de 4,6%) e em Lisboa e no Algarve para o segundo tipo (aumento em 2,3% e 4,7%, respectivamente). As diminuições mais

acentuadas verificaram-se no Alentejo (12,6% para ampliações, alterações e reconstruções) e no Centro (6,1% para construções novas). As licenças para construções novas continuaram a representar mais de três quartos do total de licenças atribuídas.

**Evolução do licenciamento concedido pelas câmaras municipais para construção, por tipo de obra, Portugal e NUTS II, 2004-2005**



## JUSTIÇA - Taxas de criminalidade mais elevadas nos principais centros urbanos e pólos de atracção turística

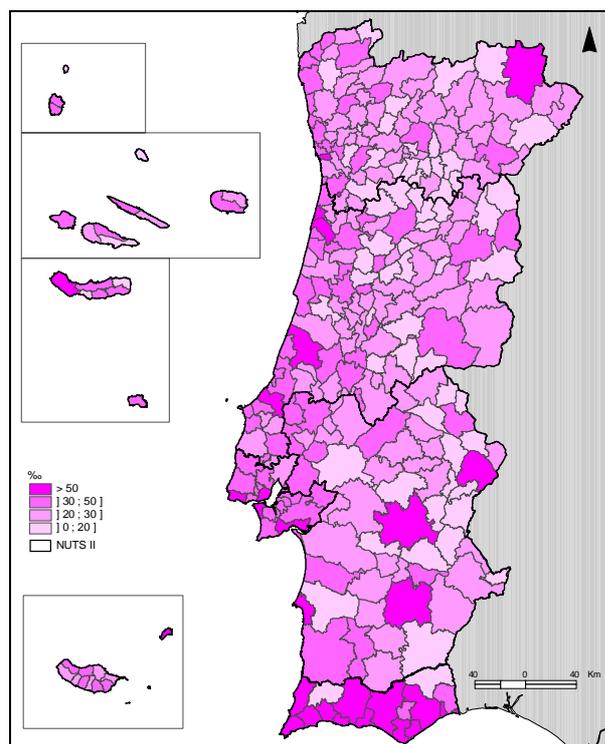
Em 2004, foram registados pelas autoridades policiais cerca de 416 mil crimes em Portugal, praticamente o equivalente ao registado no ano anterior.

A taxa de criminalidade situou-se em cerca de quarenta crimes por 1 000 habitantes, destacando-se, em termos regionais, as regiões do Algarve e de Lisboa onde se verificaram taxas de criminalidade de

73‰ e 50‰, respectivamente.

Em quase um quinto dos municípios a taxa de criminalidade superou a média nacional (40‰), sendo que nove destes são capitais de distrito. Observou-se também que foi nos principais centros urbanos que se concentraram os maiores níveis de criminalidade.

**Taxa de criminalidade, por município, 2004**



Os *Anuários Estatísticos Regionais* (disponíveis para as sete NUTS II de Portugal) são divulgados em ficheiro em formato excel e pdf (<http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp?Tema=A&subtema=28>) e publicados em papel. A publicação *Retrato Territorial de Portugal 2005* é divulgada em formato papel (acompanhada de CD-ROM).